



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização  
Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade  
Predial e Territorial Urbana

**Requerimento de Impugnação dos Valores Venais da Guia 00/2018  
para inscrições de mesmo endereço e pertencentes a um mesmo contribuinte**

**SICOP: 22195**

**Petição**  
Vem o proprietário do imóvel acima descrito requerer a impugnação dos valores venais das guias 00/2018 das inscrições relacionadas no Anexo 1 deste formulário.

**Dados do Imóvel**  
Endereço do Imóvel (somente nome do logradouro e número de porta) C.L.

**Dados do Contribuinte**

Nome	CNPJ/CPF	Tel. Residencial
	Identidade	Tel. Comercial

**Dados para Notificação**  
Nome  
Endereço CEP

**Dados do Procurador (só preencher em caso de procuração)**  
Nome Identidade Tel. Comercial

**Dados Cadastrais**  
Declaro para os devidos fins que os dados cadastrais das inscrições impugnadas estão corretos.

Declaro estar ciente de que qualquer alteração no lançamento ordinário de 2018 (para maior ou menor) em decorrência deste processo implicará na perda do benefício concedido pelo artigo 4º da Lei 6.250/2017.

**Do Laudo – Marcar com um X apenas uma das 4 opções**

1. Estou apresentando laudo técnico elaborado para o exercício de 2018, conforme os requisitos mínimos indicados neste requerimento.

2. Estou juntando cópia do Laudo Técnico apresentado no processo 04/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ (referente ao exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017).

3. Estou ciente de que deverei apresentar Laudo Técnico no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data em que seja protocolado este requerimento.

4. Estou ciente de que deverei juntar cópia do Laudo Técnico apresentado no processo 04/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, (referente ao exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017), no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data em que seja protocolado este requerimento.

**Da utilização de decisões definitivas**  
Para fins de desdobramento da guia impugnada, o contribuinte poderá optar pela utilização de valor venal estabelecido por decisão definitiva em processo relativo ao exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017, com base em laudo elaborado nesses exercícios, devendo neste caso assinalar a alternativa abaixo:

Autorizo a atualização pelo IPCA-E (fatores 1,3687 para 2013, 1,2931 para 2014, 1,2146 para 2015, 1,0971 para 2016 ou 1,0294 para 2017) dos valores da decisão definitiva do exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017 para determinação dos Valores Venais que reputo corretos para a presente impugnação.


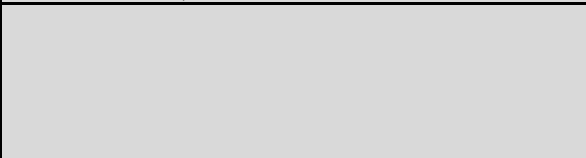
Obs.: Deverá ser apresentada a cópia da decisão definitiva do respectivo laudo de avaliação.

O aproveitamento de decisão relativa ao exercício de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017, que tenha se tornado definitiva de 1 de novembro a 31 de dezembro poderá ser protocolado no respectivo processo de impugnação, conforme disposto na Resolução SMF 2719/2012.

**Dos requisitos mínimos do laudo (fundamento legal: Art. 35 do Decreto Nº 14.602/96)**

- É indispensável a apresentação de laudo avaliatório, indicando o valor do imóvel na data de ocorrência do fato gerador, elaborado de acordo com as normas oficiais registradas no INMETRO, assinado por profissional habilitado.
- Serão aceitos laudos elaborados e apresentados nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017 para a impugnação do valor venal desse exercício, cujos valores serão corrigidos monetariamente com base na variação do índice IPCA-E (fatores 1,3687 para 2013, 1,2931 para 2014, 1,2146 para 2015, 1,0971 para 2016 ou 1,0294 para 2017).
- O contribuinte deverá apresentar novo laudo de avaliação, caso considere que a correção acima acarretará na obtenção de um valor superior ao de mercado.
- Os laudos avaliatórios deverão obrigatoriamente ser acompanhados de no mínimo 6 fotos atuais do imóvel avaliando.
- Os laudos novos deverão ser elaborados com grau de fundamentação no mínimo equivalente ao II (grau dois) da Norma da ABNT NBR 14653, devendo ser observados, conforme o caso, os seguintes requisitos:
  - Imóveis edificadas:** o laudo deverá conter no mínimo 6 fotos em "ângulo aberto" (fachada e mais ambientes interiores) para verificação do acabamento, padrão construtivo e estado de conservação.
  - Método comparativo ou de inferência estatística:** todos os elementos amostrais deverão ser identificados, incluindo endereço completo, data da oferta e respectiva fonte de informação, de forma a permitir a verificação dos dados coletados. Serão admitidos fatores de homogeneização no intervalo 0,5 a 2,0 (exceto fator área, para o qual será aceito o intervalo de 0,7 a 1,3), desde que resguardada a semelhança dos atributos e características dos elementos pesquisados em relação ao imóvel avaliando.
  - Método evolutivo:** na estimativa do valor do terreno serão aceitos os modelos matemáticos de uso consagrado na literatura técnica, desde que devidamente ajustados ao potencial edílico do terreno do imóvel avaliando e às condições de mercado na data de ocorrência do fato gerador.

<b>Assinatura do Requerente (preenchimento obrigatório)</b>	<b>Recebido – Data, rubrica e carimbo do Servidor</b>
Data do Requerimento	
Nome do Signatário	
Assinatura	

Não preencher os quadros abaixo 	<b>Termo de exigência: Apresentar original e cópia (ou cópia autenticada) dos documentos assinalados com "N".</b>	
<b>No prazo de 10 (dez) dias</b>		(Preenchimento do servidor) DOCUMENTO JUNTADO?
<b>a) Se pessoa física, carteira de identidade do contribuinte e CPF, caso o requerente não seja o procurador habilitado;</b>		(S) (N) (NA)
<b>b) Se pessoa jurídica, contrato social (consolidado ou original e alterações) ou estatuto;</b>		(S) (N) (NA)
<b>c) Se pessoa jurídica, ata de nomeação da atual diretoria;</b>		(S) (N) (NA)
<b>d) Se pessoa jurídica, cartão do CNPJ;</b>		(S) (N) (NA)
<b>e) Se pessoa jurídica, carteira de identidade do sócio ou diretor, caso o requerente não seja o procurador habilitado;</b>		(S) (N) (NA)
<b>f) Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis. Caso o titular indicado na certidão apresentada não coincida com o que conste no carnê do IPTU, será exigida certidão emitida há menos de seis meses da data do pedido. Quando for o caso de benfeitoria, será exigida escritura de cessão de direitos sobre esse bem (ou declaração de posse) lavrada em Ofício de Notas ou registrada no Registro de Títulos e Documentos;</b>		(S) (N) (NA)
<b>g) Procuração / Substabelecimento com firma reconhecida;</b>		(S) (N) (NA)
<b>h) Carteira de identidade e CPF do procurador;</b>		(S) (N) (NA)
<b>i) As duas folhas iniciais do carnê do IPTU;</b>		(S) (N) (NA)
<b>j) Termo de Inventariante ou Escritura Pública de Inventariança (no caso de espólio), se a partilha não tiver sido homologada.</b>		(S) (N) (NA)
<b>No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias</b>		
<b>a) Laudo de Avaliação (original ou cópia);</b>		(S) (N) (NA)
<b>b) Cópia da Carteira do CREA ou do CAU (atual ou cópia da apresentada anteriormente);</b>		(S) (N) (NA)
<b>c) Sendo o caso, cópia da decisão definitiva (CRJ – Coordenadoria de Revisão e Julgamento ou CCM – Conselho de Contribuintes do Município) havida em processo de impugnação do exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017.</b>		(S) (N) (NA)
<b>LEGENDA: (S) SIM; (N) NÃO; (NA) NÃO APLICÁVEL.</b>		
<b>O não cumprimento da(s) exigência(s) tornará o processo passível de indeferimento.</b>		
<b>Data, rubrica e carimbo do Servidor</b>	<b>Ciência da Exigência (preenchimento obrigatório)</b> Data do Requerimento Nome do Signatário Assinatura	
<b>Do desdobramento / Inibição da(s) guia(s) impugnada(s) (ver orientações na última folha deste formulário).</b>		
<p><b>O contribuinte, conforme orientações fornecidas no item 5 das observações, deverá assinalar uma das opções abaixo:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Informo que não efetuei o pagamento de cotas e solicito que seja feito o desdobramento da cobrança.</p> <p><input type="checkbox"/> Solicito que as guias impugnadas sejam desdobradas considerando o pagamento de ____ cotas. Estou ciente de que o desdobramento somente será realizado após a entrada em receita de todas as cotas pagas.</p> <p><input type="checkbox"/> Informo que efetuei o depósito das guias impugnadas em cota única e solicito sua inibição.</p> <p>O desdobramento da guia será efetuado com base no valor venal informado no laudo avaliatório. Para laudos utilizados originalmente para a impugnação do exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017, o valor do imóvel será corrigido pela variação do índice IPCA-E (fatores 1,3687 para 2013, 1,2931 para 2014, 1,2146 para 2015, 1,0971 para 2016 ou 1,0294 para 2017).</p> <p><b>Este formulário não poderá ser utilizado para inscrições com divergência de dados cadastrais.</b></p>		
<b>Ciência da opção acima</b>		<b>Recebido – Data, rubrica e carimbo do Servidor</b>
Data do Requerimento		
Nome do Signatário		
Assinatura		



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização  
Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade  
Predial e Territorial Urbana

Processo Nº: \_\_\_\_\_  
Data de autuação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

SICOP: 22195

**Requerimento de Impugnação dos Valores Venais da Guia 00/2018  
para inscrições de mesmo endereço e pertencentes a um mesmo contribuinte.**

**Das observações**

1. A Impugnação do Valor Venal é regulada pelo disposto na Lei 691/84 e pelo Decreto 14.602/96, bem como, para as guias ordinárias de 2018 do lançamento anual (guias 00/2018), no Edital publicado no Diário Oficial do Município do dia 08/01/2018, cujo prazo de impugnação se encerra em 09/03/2018.
2. Este processo poderá ser utilizado para a impugnação de até 50 inscrições localizadas em um mesmo endereço (número de porta), pertencentes a no mínimo um proprietário comum.
3. **Não haverá revalidação de prazos das guias impugnadas.** Incidirão os acréscimos moratórios indicados nas guias impugnadas sobre os valores que não forem objeto de pagamento ou depósito
4. A quitação integral da(s) guia(s) impugnada(s) implicará na extinção do(s) respectivo(s) crédito(s) tributário(s), nos termos do artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional (CTN), encerrando-se, assim, os respectivos litígios, conforme incisos III e IV do Art. 109 do Decreto "N" n.º 14.602, de 29 de fevereiro de 1996.
5. Para fins de pagamento/depósito das guias impugnadas, o contribuinte deverá seguir uma das seguintes alternativas:
  - a) Para garantir que o desdobramento das guias impugnadas (ver item 6) seja realizado antes do vencimento da cota única o processo deverá ser protocolado até **23/01/2018**, com toda a documentação necessária à sua análise, inclusive o Laudo Técnico.  
Ao término do processo, para cada inscrição impugnada o benefício do desconto para pagamento em cota única somente será mantido se o somatório dos valores pagos ou depositados, até o vencimento dessa cota, for suficiente para quitar o montante considerado devido, nos termos da decisão definitiva.
  - b) Efetuar na rede bancária o pagamento das cotas da guia impugnada até a entrega de toda a documentação exigida: Neste caso o contribuinte deverá assinalar a quadrícula específica na segunda folha deste formulário, item "**Do desdobramento / Inibição da guia impugnada**", e informar o número de cotas pagas.  
O contribuinte deverá solicitar reemissão dos documentos de cobrança (ver item 6), caso constate erro na apropriação dos valores já pagos na respectiva guia impugnada.
  - c) Efetuar na rede bancária, através de DARM a ser retirado na F/SUBTF/CIP-3, o depósito do montante integral da guia impugnada. Após a entrega de toda a documentação, a guia impugnada será substituída por um DOCUMENTO ESPECIAL PARA DEPÓSITO - DED. Neste caso, o contribuinte deverá assinalar a quadrícula específica no item "**Do desdobramento / Inibição da guia impugnada**", constante na segunda folha deste formulário.
  - d) Não efetuar nenhum pagamento/depósito das guias impugnadas. Neste caso, conforme item 2, as guias impugnadas serão desdobradas (ver item 6) com mora em todas as cotas vencidas.
  - e) Além das alternativas acima, o contribuinte poderá, mediante a apresentação do número deste processo, solicitar na **F/SUBTF/CIP-3** (ver item 6) a emissão de DARM de depósito ou DARM de pagamento dos valores que reputar devidos para cada guia impugnada.
6. Apresentada toda a documentação exigida para a impugnação, cada guia impugnada será substituída pelo(s) seguinte(s) documento(s) de cobrança:
  - a) **DOCUMENTO ESPECIAL PARA PAGAMENTO - DEP** - calculado com base no valor do imóvel apurado no laudo ou, na falta de indicação de outro valor, na correção deste valor pela respectiva variação do IPCA-E.
  - b) **DOCUMENTO ESPECIAL PARA DEPÓSITO - DED** - para depósito voluntário no Tesouro Municipal Este documento será emitido com código de apropriação em conta do Tesouro Municipal.  
**Decorridos 5 (cinco) dias úteis da entrega da documentação completa**, os documentos de cobrança acima deverão ser retirados pelos contribuintes na **F/SUBTF/CIP-3 – Gerência de Cobrança do IPTU**, à Rua Afonso Cavalcanti, 455, 1ª sobreloja, prédio anexo.  
Após a retirada do(s) documento(s) acima, o contribuinte deverá interromper o pagamento/depósito das cotas da guia original, passando a efetuar-los através do DEP e DED, que deverão ser recolhidos diretamente na rede bancária.  
A partir das datas dos depósitos efetuados, não haverá incidência de acréscimos moratórios sobre os respectivos valores.

**Na falta de manifestação expressa em contrário do contribuinte, os depósitos efetuados serão convertidos em receita 30 dias após a decisão administrativa definitiva (art. 179, § 2º, Decreto 14.602/96).**

Ciência das Observações (itens 1 a 6) (preenchimento obrigatório)

Recebido – Data, rubrica e carimbo do Servidor

Data do Requerimento

Nome do Signatário

Assinatura

**Anexo 1 – Relação da guias e inscrições impugnadas (máximo de 50 inscrições)**

**Dados do imóvel**

Endereço dos Imóveis (sem complemento):

C.L.

nº	Inscrição	Complemento	Valor decidido para 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017 (R\$)	Valor Corrigido para 2018 (R\$) Fator 2013/2018 = 1,3687 Fator 2014/2018 = 1,2931 Fator 2015/2018 = 1,2146 Fator 2016/2018 = 1,0971 Fator 2017/2018 = 1,0294
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				

Data do Requerimento

Recebido – Data, rubrica e carimbo do Servidor

Nome do Signatário

Assinatura